

# Revista Servidor



ANO I / Nº 4 / JUNHO DE 2017



Representantes de 23 Estados da Federação participaram, de 26 a 29 de abril, do III Encontro do Fórum dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (ForumMP). Na foto, a diretoria eleita da Associação Nacional do Servidores dos Ministérios Públicos (Ansemp)

## Negociação coletiva e democracia

Assemperj e Sindsemp-RJ participam de encontro nacional de servidores em Natal

PÁGINAS 8 e 9

### Assemperj volta a atender associados na sede do MPRJ



Em maio, a Assemperj voltou a utilizar a sala do Edifício Canavarro, 4º andar (ao lado da cafeteria), para atender a seus associados. Inicialmente os atendimentos ocorrerão às terças, quartas e quintas, das 9h às 17h, para alguns convênios específicos. A ideia da diretoria da Associação é ampliar o uso da sala na sede do MP e também abrir outros espaços voltados para os servidores em CRAAls no interior, como já está sendo organizado para o Centro Campos.

#### TERÇAS: das 9h às 17h

A representante da conveniada Amil Saúde e Dental estará disponível para atendimento e recebimento de documentos de associados e interessados. As carteirinhas dos associados que já fizeram o plano também estarão disponíveis para retirada no local.

#### QUARTAS: das 9h às 12h

Agendamento direto com a psicóloga Juliana Sento-Sé - (98624-6425)

#### QUINTAS: das 9h às 17h

A representante da conveniada SulAmérica Saúde e Dental estará disponível para atendimento e recebimento de documentos de associados e interessados.



# E

Assemperj CONSELHO DIRETOR

## ditorial

### As reformas trabalhistas, previdenciárias e a lei complementar 159/2017 favorecem a quem?

É preciso analisar a atual conjuntura e nos perguntar: AS REFORMAS FAVORECEM A QUEM?

O Brasil passa por um momento crucial e conturbado no cenário político econômico. Há um projeto em curso com o objetivo de retirar direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores utilizando-se do argumento da criação de novos empregos, garantia da previdência e de uma suposta “modernização” do país.

Entendemos que não há como gerar empregos vulnerando direitos trabalhistas e coisificando o trabalhador. Não há como se fazer reforma trabalhista sem ouvir os sindicatos, os trabalhadores.

Na verdade, “a reforma” é para atender aos interesses das grandes corporações, instituições financeiras, bancos e grandes empresários.

Tanto é assim, que todos os empresários e banqueiros defendem as reformas implementadas pelo governo.

É preciso ter consciência que há interesses antagônicos envolvidos, cabendo aqui trazer a ponderação de Noam Chomsky, em Sistemas de Poder (2014), que se aplica perfeitamente em nosso contexto atual: “Os interesses do presidente da General Elétric e do faxineiro que limpa o assoalho dele não são os mesmos. Parte do sistema doutrinário do Estados Unidos é a falsa aparência de que somos todos nós uma família feliz, de que não há divisão de classe e todos trabalham juntos em harmonia. Mas isso é radicalmente falso”.

Ressalte-se, outrossim, que estudos demonstram que não existe rombo na previdência, conforme dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que apontam um superávit de R\$ 11,8 bilhões no orçamento da Seguridade Social, que envolve a

Previdência, a Saúde e a Assistência Social do país. No entanto, tal receita é usada para pagar juros da dívida pública, porém nesse debate não se entra.

Se a reforma previdenciária é tão premente e boa para o trabalhador, por que os deputados, senadores, militares, membros de poder não estão inseridos ou pretendem ser excluídos dessa reforma?

Não obstante tal cenário, o Governo Federal ainda aprovou a famigerada Lei Complementar 159 de 19/05/2017 (Recuperação Fiscal dos Estados) que tem por escopo, na prática, acabar com o serviço público, na medida em que impede em seu art. 8º e incisos, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a criação de novos concursos públicos, alteração na carreira. Sem falar nos efeitos deletérios no que se refere na impossibilidade de investimentos em saúde, educação.

Aprovou-se, recentemente, indo de encontro ao entendimento consagrado na Súmula 331 do TST, a terceirização ilimitada (atividade meio e fim), inclusive no serviço público.

Tais medidas constituem um golpe certo no serviço público. São flagrantemente inconstitucionais, pois violam inúmeros princípios insculpidos na Constituição, dentre eles, o da obrigatoriedade do concurso público, art. 37, II, da CFRB/88.

Em longo prazo, não haverá mais concurso público em geral, tudo estará resolvido na contratação precária, a pretexto da economicidade, o que, na prática, já vem ocorrendo de forma mais tímida, mas que parece ser tendência. Por exemplo, no MPRJ já há muito mais servidores extraquadro do que concursados. Ocorre que tal situação, na verdade, é uma burla à obrigatoriedade do concurso público e prestigia o apadrinhamento de contratados, cujo único compromisso será o de agradar quem os indicou, sem qualquer preocupação em prestar um bom serviço público a população. Também, não há como aferir a capacidade técnica e intelectual desses novos personagens, requisitos que são levados em consideração quando existe o concurso público.

O atual Congresso Nacional, envolvido em escândalos cada vez piores, não possui legitimidade para aprovar essas reformas, sem ouvir a população. Tampouco, o Presidente da República, indiciado em inquérito instaurado perante o STF. Há soluções para resolver a crise financeira pela qual atravessa o Brasil sem sobrecarregar os trabalhadores e a população mais pobre.

O que está ocorrendo é uma verdadeira pilhagem dos direitos sociais, o desmonte do Estado. Esse projeto aviltante tem um único objetivo: “Atender os interesses do grande capital”.

Essas medidas penalizam os mais pobres, os trabalhadores, em prestígio a uma casta privilegiada. Pregam o Estado mínimo para o trabalhador, para o pobre, já para os grandes empresários, corporações e instituições financeiras, é o agigantamento do Estado, é o Estado da bonança!

Não podemos nos resignar com esse retrocesso! Temos uma dívida histórica com trabalhadores do passado, que em meio a tantas lutas, tiveram suas vidas ceifadas para conquistar os direitos que usufruímos hoje em dia!

E nós servidores públicos, estamos na iminência de perder direitos, sofrer arrocho salarial, ter a carreira amesquinhada. Precisamos nos mobilizar e lutar de forma permanente contra esses retrocessos! Devemos dar um NÃO rotundo a esse projeto nefasto!

**O que está ocorrendo é uma verdadeira pilhagem dos direitos sociais, o desmonte do Estado. Esse projeto aviltante tem um único objetivo: “Atender os interesses do grande capital”.**



# Livro | CRÍTICA

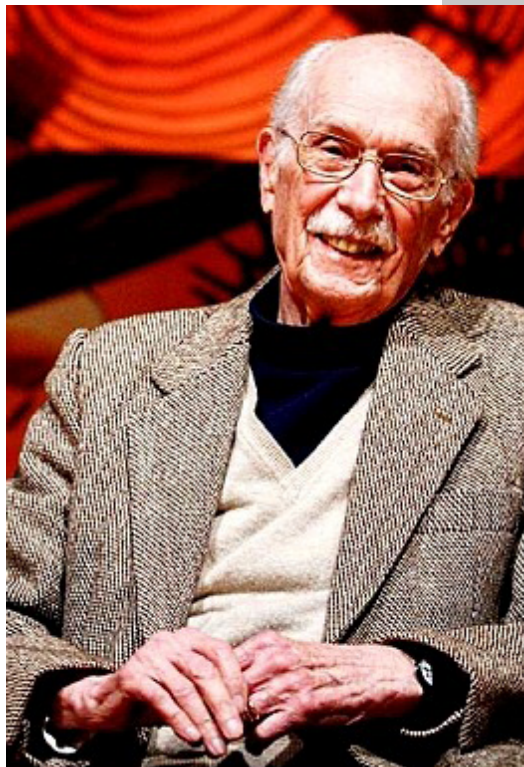
POR DANIELLE SCHLOSSAREK

SERVIDORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, GRADUADA EM DIREITO (UFRJ)  
E MESTRE EM LITERATURA BRASILEIRA (UERJ).

## A ideia da literatura como direito – O legado de Antonio Candido

**Antonio Candido**, crítico literário, professor, sociólogo, intelectual e militante político, morreu em 12 de maio de 2017, aos 98 anos de idade, nos deixando um legado precioso de textos teóricos que abordam diversos tópicos da literatura brasileira, de um modo claro, interdisciplinar e original. Mais que uma das principais referências dos estudantes de Letras, Candido é um intelectual cujas observações sobre Literatura devem ser apreendidas por todos aqueles que refletem sobre a condição humana.

Sugiro a leitura de um texto em especial: “O Direito à Literatura”, ensaio constante do livro *Vários Escritos*, publicado pela Ouro sobre Azul. Antonio Candido propõe uma relação original entre os direitos humanos e a literatura, defendendo que a fruição da arte está incluída na categoria dos bens incompressíveis, aqueles que não podem ser negados a ninguém e que tanto garantem a sobrevivência física quanto a integridade espiritual. Assim, as criações de cunho poético, ficcional ou dramático, o folclore, a lenda, o chiste e as formas mais complexas de literatura têm um papel formador da personalidade, e devido à sua complexidade, humanizador. Todos nós temos como necessidade inerente acessar algum tipo de fabulação para viver, uma vez que a ficção organiza nosso imaginário, nos humaniza e enriquece nossa visão de mundo. A literatura possui tal força de humanização e enriquecimento da reflexão que passa a integrar o grupo dos direitos humanos. Segundo Candido, a literatura “desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”.



# Cinema | CRÍTICA

POR CELSO RODRIGUES FERREIRA JUNIOR

ANALISTA PROCESSUAL E COLABORADOR DO SITE ALMANAQUE VIRTUAL

## Corra!

**Vistos como** um gênero menor, os filmes de terror raramente têm suas qualidades reconhecidas pela crítica e pelo público. George Romero e seus zumbis, por exemplo, foram tachados durante anos como irrelevantes, até que o esforço revisionista de intelectuais mais modernos reconhecesse neles críticas veementes ao racismo, ao consumismo e a vários outros temas graves da sociedade norte-americana. Isso é fruto de um reducionismo inconsciente, que vê o segmento como diversão rápida, muitas vezes descerebrada e incapaz de provocar alguma reflexão.

Esse estigma, ao que parece, não incomoda os estúdios. Apostando basicamente no público adolescente e abusando de clichês, tramas cada vez mais rasteiras inundam as salas de projeção

a um custo relativamente baixo e com alto retorno financeiro. Felizmente, nessa leva também surgem filmes que reafirmam o valor do cinema fantástico, como é o caso de “Corra!”, do estreante Jordan Peele.

Na trama, o casal inter-racial Rose (Allison Williams), branca, e Chris (Daniel Kaluuya), negro, viaja para passar o final de semana na casa dos pais da moça, ocasião em que o namorado será finalmente apresentado à família. Receoso, ele é surpreendido pela recepção amistosa dos sogros e dos amigos que lotam a casa, reunidos para uma comemoração tradicional da família. Mas isso não elimina a sua desconfiança. Cheio de humor, o roteiro aborda o racismo com habilidade rara, conduzindo o público do estranhamento inicial à tensão,



passando pelo desconforto que o uso irônico e inteligente dos estereótipos raciais provoca, em uma referência sutil a “Adivinhe quem vem para jantar” (1967), de Stanley Kramer.

Orçado em US\$ 5 milhões, “Corra!” já faturou mais de US\$ 200 milhões pelo mundo. Para a indústria, essa é a sua maior qualidade. Seu grande mérito, porém, é entreter ao mesmo tempo em que provoca o debate sobre a intrincada e sempre sensível questão racial.





# TCE rejeita contas de Pezão e Dornelles

**No último dia 30 de maio, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou por unanimidade a recomendação à Assembleia Legislativa (Alerj) pela rejeição das contas de 2016 do governo de Luiz Fernando Pezão e de seu vice, Francisco Dornelles, que também esteve à frente da Administração nesse período.**



**Os servidores** representados por integrantes do Movimento Unificado dos Servidores Estaduais (Muspe) acompanharam a votação da Corte e comemoraram a rejeição das contas dos governadores pelo Tribunal. A matéria seguiu para apreciação da Comissão de Orçamento da Alerj e poderá ser votada em plenário.

O parecer do TCE aponta quatro irregularidades, 25 improbidades e lista 54 determinações ao Governo do Estado. No parecer, o Tribunal destaca o elevado déficit financeiro do governo Pezão em 2016: “quase R\$ 11,3 bilhões”. A presidente interina criticou também a ausência de informações sobre o decreto que determinou o estado de calamidade pública pelo governador no ano passado e a política de isenções fiscais. Com base em dados da Secretaria de Fazenda, Marianna disse que o Governo do Rio deixou de arrecadar quase R\$ 10 bilhões e os benefícios concedidos entre 2011 e 2016 valiam por 15 anos ou sem prazo determinado.

A principal irregularidade citada foi o descumprimento da aplicação mínima constitucional para área da Saúde de 12%, sendo aplicados somente 10,42%. Entre outras ações indevidas, Pezão fez gastos com Saúde utilizando recursos fora do Fundo Estadual de Saúde e descumpriu a lei de responsabilidade ao não destinar à Faperj 2% das receitas tributárias líquidas e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) recursos menores do que o determinado pela legislação.

O parecer foi apresentado com voto contrário à aprovação das contas por Marianna Montebello Willeman, única dos conselheiros titulares do TCE não indiciada pela delação do ex-presidente do Tribunal, Jonas Lopes. O delator está licenciado e os demais titulares cumprem, no momento, prisão domiciliar. A sessão que aprovou a recomendação das contas de Pezão foi composta, além da conselheira, atual presidente interina, por três auditores convocados, Rodrigo Melo do Nascimento, Marcelo Verdini Maia e Andrea Siqueira Martins, que seguiram o voto de Willeman.

## Servidores pedem a saída de Pezão pela quarta vez

No dia seguinte à votação do TCE (31/5), representantes do Movimento Unificado dos Servidores Estaduais protocolaram novo pedido de impeachment do governador Luiz Fernando Pezão, e de seu vice, Francisco Dornelles.

O pedido teve como base as denúncias de irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas. Esse foi o quarto pedido de impedimento feito pelo Muspe em menos de quatro anos. “Diante do parecer e da rejeição de suas contas pelo TCE, fica evidente que Pezão não tem mais condições de governar. Esperamos que desta vez o presidente da Alerj, Jorge Picciani, não archive o pedido”, afirma o presidente da Associação dos Servidores do MPRJ (Assemperj), Flávio Sueth, que assinou o documento pelo impeachment junto de dirigentes de várias entidades de categorias que compõem o Muspe, como os bombeiros, servidores da educação técnica e tecnológica, do Detran, polícia civil, defensoria pública e professores.



# Pezão admite que pode não concluir mandato e Picciani fala em impeachment

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), afirmou em reunião com representantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais, no último dia 22 de junho, que pode não terminar seu mandato. A justificativa para a saída seria a crise financeira, causada pela má gestão do próprio governador que continua insistindo que “o ajuste fiscal é a única solução” e que o Estado não tem previsão de quando conseguirá pagar os salários atrasados dos servidores.

“O governador disse que não sabe se continua no governo até o fim de 2018. Na verdade, Pezão está acuado e sem condições de governar. Enquanto isso, os servidores estão

passando fome, sem perspectiva de receberem seus salários em dia”, diz o presidente da Assemperj, Flávio Sueth. No último dia 21, o presidente Alerj, Jorge Picciani, fez duras críticas ao governador sugerindo até por em pauta a votação do impeachment de Pezão.

Esse foi o primeiro encontro de Pezão com os servidores desde novembro de 2015. Em estado de calamidade há um ano, o Rio ainda não pagou os salários de maio e abril e ainda retém o 13º salário de 2016 de várias categorias do funcionalismo. Além disso, os planos de carreira estão congelados e aprovados em concursos não foram convocados.



Servidores cobram de Pezão o pagamento dos salários em dia, a promoção e progressão na carreira e a convocação dos concursados



Não renove ou contrate seu seguro sem nos consultar.

[www.analiticaseguros.com.br](http://www.analiticaseguros.com.br)  
(21) 3747-1829



# Deputados aprovam lei de adesão do Estado ao regime de recuperação fiscal



## Muspe consegue manter triênios e licença-prêmio

No início de junho, os deputados estaduais aprovaram texto aprovando a adesão do Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, com duração de três anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A votação ocorreu sob protestos dos servidores em ato na frente da Assembleia, organizado pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos Federais, que conseguiu uma vitória junto aos deputados que mantiveram inalterados os triênios e as licenças-prêmio.

Após a votação, o governador Luiz Fernando Pezão sancionou a legislação que altera a concessão de pensões no serviço público, e ampliou o prazo de calamidade pública no Estado até o fim de 2018.

Dos textos aprovados pela Alerj, quatro emendas foram vetadas por Pezão. Todas elas eram favoráveis aos servidores

No caso das pensões, Pezão vetou a emenda que concedia a preservação do provento servidores militares em caso de exclusão dos quadros de sua respectiva corporação. Sobre a calamidade pública, o governador questionou a inclusão da obrigação de convocar servidores concursados para a Polícia Civil. Na lei de adesão à Recuperação Fiscal, Pezão vetou a liberação para a discussão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Saúde.

O projeto sancionado veda a contratação de novos servidores, exceto em casos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Assemperj luta no CNMP pela manutenção da revisão anual dos salários

A proposta de revogação da Resolução 53/2010 do CNMP foi apresentada pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Cláudio Portela, em janeiro deste ano, durante a 1ª Sessão Ordinária do Plenário do Conselho.

Em sua justificativa, Cláudio Portela afirmou que o Conselho tem se manifestado no sentido de autorizar as unidades do Ministério Público a remessa de projeto de lei ao Poder Legislativo sobre a política remuneratória dos servidores.

Desde que foi proposta a revogação da resolução, a Ansemp vêm acompanhando esta matéria, inclusive tendo ingressado como parte interessada na ação, juntamente com a

Fenamp e entidades estaduais.

Para o presidente da Assemperj, Flávio Sueth, que esteve presente na sessão do CNMP, é fundamental que nossa representação de classe fortaleça a união nacional das entidades dos servidores dos MPs. "Entendemos que

nossa luta é nacional. Nesse sentido, a Ansemp e a Fenamp têm feito um ótimo trabalho de mobilização em prol de nossa categoria. Nessa última quarta, em Brasília, pudemos comprovar a importância deste trabalho para a manutenção dos nossos direitos".







**AFRANIO SILVA JARDIM,**  
PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO E PROFESSOR DA UERJ

# Opinião

## A CORRUPÇÃO E O SISTEMA CAPITALISTA

**Quase não** se criticam os empresários corruptores. Pelas suas delações, chegam até a serem “venerados”.

Quase ninguém denuncia o perverso sistema econômico que serve de “pano de fundo” para toda esta corrupção.

Na verdade, estes corruptos não furtavam as chupetas dos bebês vizinhos nos berçários da maternidade onde nasceram... O que terá acontecido com eles???

O ser humano é produto não só dos fatores endógenos, mas também dos fatores exógenos. Como disse o grande pensador ORTEGA Y GASSET, “eu sou eu e as minhas circunstâncias”.

O fato é que o “poder econômico” sequestrou o Estado Brasileiro e a grande mídia é um de seus instrumentos. O nosso Poder Judiciário é complacente com tudo isso. A maioria de nossos juristas se ausenta deste debate. Estão mais preocupados com suas teses “mirabolantes” e desconectadas da realidade e com seu sucesso pessoal do que com as questões mais amplas, com as questões de interesse da sociedade. O individualismo é “epidêmico” em nosso país ...

O “poder econômico” se faz sentir em todos os poderes do Estado e em toda a nossa vida. Este modelo de sociedade nos faz de “idiotas” a serviço da cobiça de uns poucos.

Somos todos, cada vez mais, consumidores compulsivos que, para comprar, vendemos nossa força de trabalho para quem nos vende estes mesmos produtos e serviços. Somos “massa” de manobra neste “círculo vicioso”.

Nesta sociedade de massa e de consumo, não mais somos o que poderíamos desejar ser. Somos o que o “mercado” nos faz ser.

Somos “reféns” de uma organização social perversa, hipócrita, individualista, egoísta e desumana. Na nca vi tanto cinismo nos meios de comunicação.

Nossos valores de igualdade, solidariedade, liberdade

social, educação crítica e justiça social estão indo, cada vez mais, “para o espaço”.

Por vezes fica a impressão de que temos de “jogar a toalha” e nos adaptar a esta desprezível sociedade, formada por pessoas incultas, raivosas, preconceituosas e até ingênuas. Acho que não consigo. Não estou conseguindo... Não quero me render !!!

Entretanto, as corretas ideias e as melhores teorias sociais não podem ser rejeitadas pela fracasso humano de bem aplicá-las.

Outrora, ficávamos na seguinte dúvida: virá um novo homem que criará uma nova sociedade, ou, primeiro, virá uma nova sociedade, que forjará o surgimento de um novo homem?

Hoje ficamos com a impressão de que veio sim uma velha sociedade, que ressuscitou um homem pretérito, trazendo de volta uma antiga e primitiva cultura, lastreada em valores reinantes em períodos próximos do século XIX.

Cada vez mais, somos menos humanos e mais instrumentos de um sistema econômico e social que ninguém entende e que ninguém consegue deter. Estamos sendo levados por um verdadeiro furacão tecnológico ...

Em resumo, ousou dizer que existe corrupção em sociedades que adotam outros modelos que não o capitalismo, mas não há sociedade capitalista sem corrupção disseminada.

O poder econômico é inerente à própria sociedade capitalista. A corrupção é inerente ao próprio poder econômico.

Em algum momento, teremos que lograr uma outra forma de organização social, onde todos tenham, ao menos, as mesmas oportunidades de ascensão social e tenham as suas individualidades respeitadas.

Espero que meus netos participem da construção desta sociedade sem exploradores e explorados.

### Assemperj garante oferta de bolsas para servidores na pós-graduação no IEP/MPRJ

Nesse mês de junho, a Assemperj conseguiu estabelecer junto ao Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro (IEP/MPRJ) e à Fundação Escola Superior do MPRJ (Femperj) a oferta de quatro bolsas de estudo destinadas a servidores e assessores jurídicos para ao curso de pós-graduação em Ciências Penais. Os candidatos terão a chance de concorrer a duas bolsas integrais e a duas com desconto de 60% sobre o valor total do curso.

A primeira etapa consta de uma prova de redação. Posteriormente, os 10 (dez) primeiros colocados na prova de redação seriam convocados para entrevista.

A diretoria da Assemperj divulgou o edital e as orientações para o concurso de bolsas do IEP em seus meios eletrônicos e está em processo de negociação com o Instituto para formalizar a parceria e manter esta política de bolsa e estímulo à formação dos servidores do MPRJ.





# Assemperj participa de fórum nacional de servidores dos ministérios públicos

Representantes de sindicatos e associações de servidores dos ministérios públicos de 23 Estados, entre eles a Assemperj e o Sindsemp-RJ, reuniram-se em Natal (RN), nos dias 26 a 29 de abril, na I Plenária da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp). O evento aconteceu durante a programação do III Fórum dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (ForumMP).



**Ações para unificar** e implementar a luta nacional pela democratização dos Ministérios Públicos e combater as reformas trabalhista e previdenciária foram alguns dos temas centrais da Plenária.

O Conselho Fiscal da entidade apresentou seu relatório sobre as contas da Federação desde sua fundação até dezembro de 2016. Uma série de recomendações foi aprovada pelos representantes dos servidores, como forma de dar mais transparência ao desenvolvimento das ações e gastos da Federação. Foi indicada também a realização de uma Plenária Extraordinária da Fenamp em novembro deste ano, para análise das contas desse período. O Conselho apresentou ainda o Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado na reunião da instância ocorrida no dia 27, e ratificado pela Plenária.

## Balanco Organizativo

O balanço organizativo apresentado pelos dirigentes da Federação foi positivo em relação à atuação da entidade nesse primeiro ano. Um dos pontos mais destacados pelos presentes foi o crescimento da representação sindical da categoria, com a adesão de 20 entidades estaduais, além da aproximação de outras três entidades que devem entrar em processo de filiação à Federação.

Também foi destacada a conquista da Carta Sindical da Federação, além do acompanhamento de pedidos de registro sindical de entidades de base, com a publicação das cartas dos sindicatos de Alagoas e do Amazonas.

Outro debate importante foi a campanha contra o PLP257/2016, projeto do governo federal para “estimular”

## Alguns encaminhamentos do Fórum MP acolhidos pela Fenamp



- Defesa contínua de um Ministério Público democrático, probo, atuante, independente, autônomo e indivisível.
- Defesa do direito de voto para os servidores efetivos do Ministério Público na escolha dos dirigentes da Instituição e participação nas instâncias administrativas.
- Fim da Lista tríplice para a escolha dos Procuradores Gerais do Ministério Público, garantindo a eleição do mais votado.
- Assegurar assento à representação dos servidores no Colégio de Procuradores e demais instâncias colegiadas, com direito a voz e voto.
- Defesa de uma carreira unificada dos ramos do Ministério Público, com um padrão remuneratório adequado, respeitando e regulamentando as atribuições específicas dos cargos.



O presidente da Assemperj, Flávio Sueth, e o presidente do Sindsemp-RJ, Fillipe Souza, representaram os servidores do MPRJ em Natal



o reequilíbrio fiscal dos estados, mas condicionando ao congelamento de gastos do setor público.

A manifestação contra o PLP 257 acabou sendo a primeira ação organizada pela Federação dentro do Congresso Nacional, com destaques na mídia nacional, no ano passado.

Apesar de uma avaliação geral positiva, foram identificadas algumas necessidades organizativas, principalmente a da criação de uma área de assessoria de imprensa e outra de assuntos legislativos para planificação de nossas ações, além de um trabalho mais efetivo do setor jurídico. Também foi destacada a necessidade de garantirmos espaços de protagonismo das mulheres da Fenamp, garantindo participação política para as mulheres nos espaços de decisão e visibilidade de nossa entidade.

## Plenária repudia defesa da precarização da carreira por conselheiro do CNPM

Durante a realização do III Encontro do ForumMP, os representantes de entidades sindicais e associações de servidores aprovaram uma moção de repúdio ao posicionamento do conselheiro

do Conselho Nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, na Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores do MP de Recife.

Rochadel defendeu a precarização do Plano de Cargos e Carreira, bem como pelo aumento do número de cargos comissionados no MP de Pernambuco. Para justificar suas propostas, houve menções pejorativas ao comportamento dos servidores estáveis.

Na moção, os representantes dos servidores afirmaram que o “Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) de servidores públicos é um direito que foi reivindicado pela sociedade brasileira, pois garante melhoria dos serviços prestados pelo estado. O PCCR garante a valorização dos profissionais que ingressaram pela via do concurso, fomenta a qualificação de forma contínua, o que faz os serviços prestados pela instituição serem de qualidade”.

Para a categoria, é preocupante que um Conselheiro do CNMP fale contra a estabilidade do servidor público, quando se sabe que essa existe devido ao servidor público não ficar ao sabor do humor dos gestores. “Estes, em sua maioria, inseridos numa cultura patrimonialista, clientelista e fisiológica, praticada em grande parte na Administração Pública brasileira, sendo missão constitucional do MP combater tal prática”, diz a moção.

- Combater o assédio moral, sexual e toda forma de violência no âmbito do Ministério Público.
- Fim do auxílio-moradia e de qualquer outro benefício no âmbito do MP brasileiro que caracterize desvio de finalidade.
- Ampliação do quadro de trabalhadores efetivos na Instituição, assegurando o concurso público como regra absoluta para provimento de cargos.
- Controle da contribuição sindical obrigatória (imposto sindical) pelo sindicato de base, com autonomia para definir sua destinação.
- A criação de uma entidade sindical de representação nacional democrática, eleita pela base, com mandatos rotativos e sujeitos a recall e financiamento voluntário pela base, incorporando mecanismos de consultas.
- Instituir Ouvidoria Externa do MP eleita por fórum de entidades dos segmentos da sociedade civil.
- Exigir o repasse integral do duodécimo orçamentário constitucional destinado ao MP de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal.
- Defender a realização de consultas prévias (eleições paralelas), antes das Eleições para Procurador Geral e Diretores/Coordenadores de Promotorias, garantindo-se nesta Consulta a participação dos servidores efetivos.
- Combater a terceirização, bem como a cessão indiscriminada e ilimitada de servidores de outras instituições ao Ministério Público brasileiro.
- Lutar pela criação de comissões internas de negociação coletiva.
- Defender o direito à revisão geral anual e a manutenção da Resolução 53/2010 do CNMP.





# Servidor|EM FOCO

MARCO CARVALHO

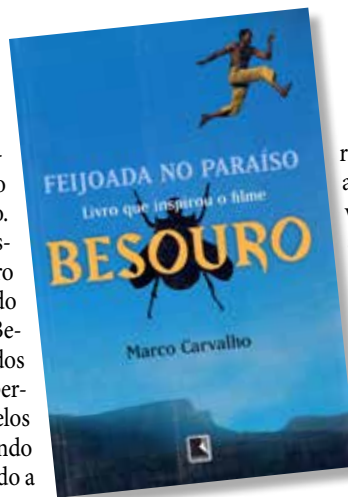
## A serviço da literatura e do traço

MANUELLA SOARES

**Feijoada no Paraíso** foi o primeiro livro dirigido ao público adulto escrito pelo técnico do Ministério Público Marco Antonio Carvalho. Publicado em 2002, conta a história do mestre capoeirista Besouro Mangangá ou Besouro Cordão de Ouro, filho de ex-escravos, nascido no recôncavo baiano, no final do século XIX. Besouro virou mito entre os capoeiristas de todos os cantos do país, por sua fama de herói e personalidade rebelde que não se intimidava pelos senhores de engenho e seus capatazes, encarando vários oponentes ao mesmo tempo e derrotando a todos, desaparecendo logo em seguida.

Na época em que surgiu a ideia do livro, “quando ainda nem pensava em ser servidor no Ministério Público”, Marco praticava a capoeira e numa das suas viagens com seu grupo para um “batizado” na cidade de Rio Claro, o servidor comentou com os colegas uma passagem do livro *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, sobre mitologia africana e os orixás. “Um dos amigos, um negro alto, largo, era conhecido por seu ar sisudo e a cara amarrada. Na volta do batizado, o “King Kong”, seu apelido na roda, pediu para eu recontar toda a história para eles. Quando vi aquele cara fortão, tipo meio bronco, parecendo uma criança prestando atenção na minha narrativa, foi aí que percebi que eu era um bom contador de histórias”.

*Feijoada no Paraíso* foi adaptada para o cinema, em 2009, pelo cineasta João Daniel Tikhomiroff, sendo o protagonista interpretado por Airton Carmo. “Em que pese o filme inspirado no meu pequeno “*Feijoada no Paraíso*” ter explorado mais o lado “herói dos fracos e oprimidos” do *Besouro*, e menos as



ricas outras contradições do personagem, a versão audiovisual tem o mérito de divulgar para um círculo maior de pessoas a existência de um mito da nossa cultura que, antes, estava apenas restrito às rodas de capoeira, à gente da capoeiragem, onde ele continua a ser um mito com o vigor que merece. Com o livro o círculo ampliou-se um pouco mais, o que me deixa orgulhoso, e com o filme, mais ainda, o que deve nos orgulhar também a todos”, diz Marco sobre sua obra.

Nos dias de hoje *Besouro* foi incorporado à liturgia da umbanda como uma das representações da entidade Exu. Para Marco, *Besouro* é a primeira produção cinematográfica em que Exu não é um orixá associado ao mal, ao “lado escuro da força. Pelo contrário, no filme, a interferência do orixá é positiva e nobre”.

### Trajatória

Antes de ser servidor no Ministério Público, Marco Antonio foi funcionário do Banco do Brasil e trabalhou muitos anos como artista gráfico e ilustrador em órgãos de imprensa como os jornais *O Dia* e *o Jornal do Brasil*. Já no MP, Marco concluiu o curso de Direito em 2010 com um trabalho de pesquisa sobre doutrina e jurisprudência. “O que é um caso feliz de adequação entre o que tenho a oferecer e a casa precisa. O setor onde trabalho reformula-se administrativamente e estou acompanhando as mudanças com interesse e atenção. Gosto do trabalho, mas mudar é bom, quando melhor atende aos interesses da instituição”.

**Era uma vez um ovo**, de 2006, conta a história de um pintinho que sai da casca e vai ganhar o mundo até virar uma galinha e colocar um ovo e o ciclo da vida iniciar-se novamente. Brincando com a sonoridade das palavras, Marco Antonio, que também ilustra o livro, criou o personagem para crianças pequenas, mas a história também diverte e encanta adultos de todas as idades. Seu primeiro livro infantil publicado foi *A lua para principiantes*. Uma visão bem humorada e poética sobre a lua e suas fases. A primeira edição vendeu 40 mil exemplares e o livro foi adotado pela Secretaria de Educação do Estado São Paulo, em 2010, passando a compor o acervo de livros paradidáticos indicados no Plano Nacional de Educação.



### Uma ladeira para lugar nenhum

publicado pela Editora Record, em 2014, retrata a história do Morro do Castelo, no Centro do Rio. Nas ladeiras da cidade, Marco conta a paixão proibida entre Padre Ernesto e a mulata Rosário. A história se passa durante os últimos dias do Morro do Castelo, no processo de reurbanização da região na década de 1920, quando centenas de famílias foram deslocadas para a zona norte da cidade.







LADEIRA  
DA  
MISERICÓRDIA

O servidor do MPRJ Marco Antonio Carvalho é ilustrador, artista gráfico e escritor. Com quatro títulos publicados, dois para o público infantil, e um para a ser lançado ainda este ano, Marco teve uma de suas obras, Feijoada no Paraíso, adaptada para o cinema. Besouro estreou em 2009 e, segundo o autor do livro, o filme explora mais a figura heróica do que o lado contraditório, mais humano, do personagem.

Em Uma ladeira para lugar nenhum, de 2014, o servidor conta a história da reurbanização da região do Morro do Castelo, no Centro do Rio, na década de 1920. Em um romance que resgata, na ficção, “homens e as mulheres que viveram nas ladeiras que hoje levam a lugar nenhum”.



### Críticas ao governo do Estado

Mas, apesar de estar contente com sua condição de servidor público, o escritor também faz críticas ao governo pela ausência de reajuste e o aumento do desconto previdenciário. “Estamos há três anos sem nenhum tipo de reajuste. Incomoda-me como cidadão e servidor que um governo que deu isenção fiscal até para motéis e casas de massagem venha agora impor uma taxa de 14% de contribuição previdenciária (para um sistema que tem nebulosa prestação de contas dos investimentos que faz) e outras reduções, sem nenhuma contrapartida que assegure que os governos futuros – porque há de haver um outro governo no futuro no qual essa canalha não terá espaço!”, comenta com indignação.

### Projetos para o futuro

Atualmente, o servidor está debruçado em dois textos que devem ser publicados em breve. Um deles tem como cenário a cidade histórica de Paraty, no litoral sul fluminense. A história se passa na metade do século XIX, quando Paraty, segundo o autor, “desaparece do mapa por quase cem anos”, por fazer parte da rota de navios piratas que aportam na região. No enredo, é apresentada uma mitologia lorubá em um ambiente que mistura realidade e fantasia.

### EXPEDIENTE



**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Travessa do Ouvidor, 38, 2º andar. Centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20040-040 / (21) 2550-9130 e 2220-9763

CONSELHO DIRETOR: **Presidente:** Flávio Sueth Nunes - **Vice-presidente:** Raphael Francisco Leite Pinto de Carvalho - **Secretária Geral:** Christiane Pinheiro  
**Diretoria Jurídica:** Aline Cícero  
CONSELHO DELIBERATIVO: Aline Ferreira Faria - Maria da Glória Araújo Amaral - Ricardo Arouca Cleaver CONSELHO FISCAL: Carlos Augusto Brizzante Gonçalves - Jairo Darella - Ricardo Souza Matsos



**Edição e texto:** Manuella Soares (JP 31684RJ)  
**Produção:** Nourrau Comunicação e Assessoria  
ms.manusoares@gmail.com  
**Ilustração:** Aliedo Kammar  
**Fotos:** Assemperj  
**Tiragem** 3.000 exemplares

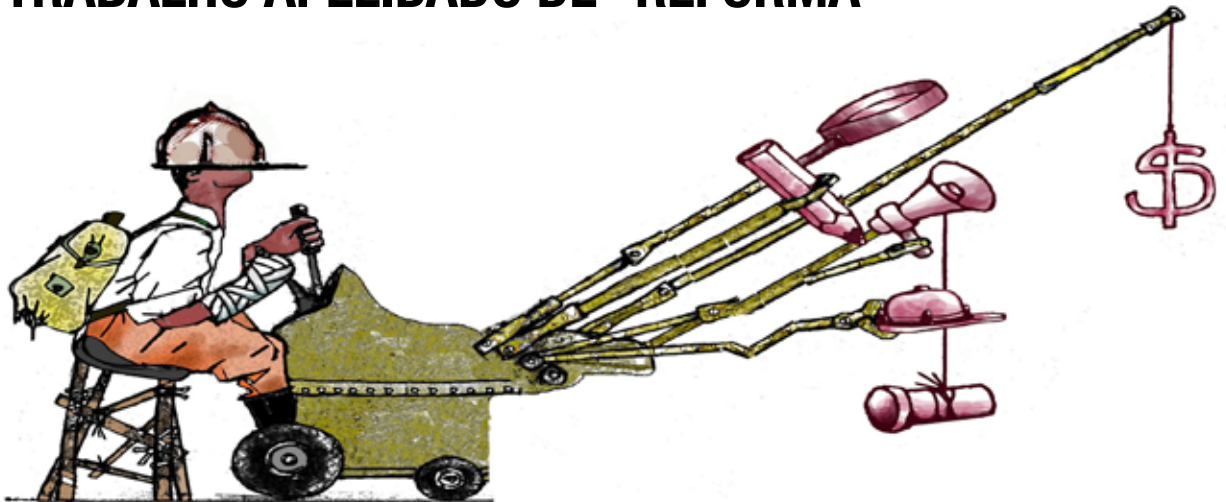


**SÉRGIO BATALHA**

É ADVOGADO TRABALHISTA E SÓCIO DO ESCRITÓRIO BATALHA ADVOGADOS ASSOCIADOS

# Opinião

## UM ATAQUE AO DIREITO DO TRABALHO APELIDADO DE “REFORMA”



O projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso com o título de “Reforma Trabalhista”(PLC nº 38/2017) foi apresentado à opinião pública como sendo um instrumento para “modernizar” a CLT, com a prevalência do “Negociado sobre o Legislado”. Ocorre que, além de partir de falsas premissas, o projeto recebeu um enorme contrabando na Câmara dos Deputados, modificando mais de 100 artigos da CLT que, na sua maioria, nada tem a ver com a questão da negociação entre patrões e empregados.

Em relação ao postulado da “prevalência do negociado sobre o legislado”, o projeto traz um grave vício de origem. Ele concede amplo poder de negociação aos sindicatos sem modificar, no entanto, as regras de sua representatividade. Hoje, um sindicato no Brasil representa toda a categoria profissional, inclusive os trabalhadores não associados. Porém, no sistema atual o sindicato basicamente não pode transacionar direitos dos trabalhadores previstos em Lei, ou seja, suas negociações só podem trazer benefícios a estes trabalhadores. Caso a proposta do governo seja aprovada, estes mesmos sindicatos vão continuar representando todos os trabalhadores de uma categoria profissional, mas agora podendo retirar direitos previstos em Lei, como o intervalo de uma hora para refeição ou outros direitos previstos no regulamento empresarial, por exemplo. Em países europeus nos quais esta fórmula é aplicada exige-se que o Sindicato tenha como associados a maioria dos empregados de uma empresa, de modo a validar as negociações coletivas. É uma contradição com o princípio da livre associação sindical previsto no artigo 8º, inciso V, da Constituição da República, o sindicato poder negociar para retirar um direito legal de um trabalhador a ele não associado.

Porém, ironicamente, o pior do projeto não é a tão falada prevalência do “negociado sobre o legislado”, prevista originalmente no projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso. O mais grave são as mais de 100 alterações na CLT que não aparecem em nenhuma matéria dos grandes jornais e revistas. São medidas que dificultam a interrupção do já curto prazo prescricional de dois anos, que facilitam a fraude aos direitos trabalhistas modificando conceitos de grupo econômico, sucessão trabalhista e responsabilidade do sócio retirante, entre outras. Não há sequer uma lógica coerente na maioria das modificações propostas, que nada tem de “modernas”. São, na verdade, alterações na CLT que atendem às aspirações de setores mais atrasados do empresariado no sentido da redução do seu passivo trabalhista, ainda que à custa da fraude aos direitos trabalhista. Assim, admite-se um “termo de quitação anual” em relação a um contrato de trabalho em vigor, no qual o trabalhador poderá ser compelido pelo patrão a comparecer ao seu sindicato de classe e dar quitação de verbas eventualmente pagas a menor. Ou, ainda, que seja prevista em planos de incentivo à dispensa uma cláusula de “quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia”. Em resumo, a ideia é reduzir o custo com a mão de obra, retirando direitos trabalhistas e reduzindo o campo de ação da Justiça do Trabalho, o que pode tornar ineficazes mesmo os direitos básicos que permaneceriam após a tal “reforma”. O resultado deste verdadeiro ataque ao Direito do Trabalho e à Justiça do Trabalho será, paradoxalmente, um aumento das ações trabalhistas, tendo em vista o estímulo que será concedido à fraude aos direitos trabalhistas. Ao final, o prejuízo será de toda a sociedade e não apenas dos trabalhadores. Espera-se que o Senado atue com o bom senso que faltou à Câmara e rejeite este verdadeiro “pacote de maldades” travestido de “reforma trabalhista”.

**Não há sequer uma lógica coerente na maioria das modificações propostas, que nada tem de “modernas”**